



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1017150-70.2017.8.26.0037**  
 Classe – Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento**  
 Requerente: **Lucilene Aparecida Negrão e outro**  
 Requerido: **Concergi - Construção, Máquinas e Serviços Ltda e outros**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

**Vistos.**

-

**JOÃO LUIS ROMERA e LUCILENE APARECIDA NEGRA ROMERA** ajuizaram ação de **DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO c.c. COBRANÇA** contra **CONCERGI CONSTRUÇÃO MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA., APARECIDO CESAR QUILICE e GISLAINE CRISTINA DE SISTO**, alegando, em resumo, que firmaram com a primeira requerida contrato de locação de imóvel localizado na Rua Nelson Oliveira Faria, nº 81, Parque Residencial Vale do Sol, nesta cidade, figurando os demais acionados como fiadores, estando a primeira, contudo, a dever-lhe a importância de R\$ 3.770,72 (três mil, setecentos e setenta reais e setenta e dois centavos), referentes aos aluguéis a partir de setembro/2017. Pleiteia a declaração de rescisão do contrato, a condenação dos requeridos ao pagamento da importância reclamada, acrescida das parcelas e encargos que se vencerem ao longo da demanda.

Citados (págs. 36 e 78), os acionados não apresentaram contestação.

**Breve é o relatório.**

**DECIDO.**

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de provas (art. 355, II, do Código de Processo Civil).

Trata-se de ação na qual os autores buscam a retomada do imóvel e o recebimento de valores referentes ao aluguel e encargos do imóvel locado aos acionados.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O pedido inicial deve ser julgado procedente.

Os acionados, apesar de citados com as advertências legais, não apresentaram defesa, de modo que presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados na petição inicial, pela autora, notadamente a existência da mora.

Dispõe o art. 344, do Código de Processo Civil:

*"Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".*

No caso dos autos, reafirme-se, os requeridos não apresentaram defesa e as alegações iniciais dos autores também encontram amparo na prova documental trazida com a petição inicial.

*Em suma*, impõe o reconhecimento da revelia e da procedência do pedido inicial.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE** esta ação movida por **JOÃO LUIS ROMERA** e **LUCILENE APARECIDA NEGRA ROMERA** contra **CONCERGI CONSTRUÇÃO MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA.**, **APARECIDO CESAR QUILICE** e **GISLAINE CRISTINA DE SISTO**, acolhendo o pedido inicial e, em consequência, declarar rescindido o contrato, finda e locação e decretar o despejo, concedendo o prazo de 15 dias para a desocupação voluntária, bem como para condenar os requeridos, *solidariamente*, ao pagamento dos alugueres e encargos vencidos, até a data de desocupação do imóvel, corrigidos monetariamente a contar dos vencimentos e acrescidos de juros de mora. Expeça-se, desde já, mandado de notificação e despejo. Sucumbentes, arcarão os requeridos, *solidariamente*, com o pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

**P.R.I.**

Araraquara, 16 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**